

## CAPÍTULO 2

# A África e a economia-mundo

*Immanuel Wallerstein*

### **Estruturas comerciais: dos “produtos de luxo” aos “gêneros de primeiras necessidades”**

A grande transformação das relações econômicas da África com o resto do mundo não foi o produto da partilha do continente no fim do século XIX. Ao contrário, a partilha da África foi uma consequência da transformação das relações econômicas desse continente com o resto do mundo e, em particular, com a Europa: processo que começou por volta de 1750, resultando na grande empreitada europeia de colonização dos últimos decênios do século XIX.

Há tempos, vastas regiões da África encontravam-se sulcadas por rotas comerciais que se prolongavam frequentemente para além do continente, atravessando o Oceano Índico, o Mediterrâneo e o Oceano Atlântico<sup>1</sup>. Podemos dizer que estas relações comerciais extracontinentais correspondiam mais ou menos ao “comércio à longa distância” praticado, há milênios, na Ásia e na Europa, e no quadro do qual se trocava aquilo que convém chamar produtos de luxo, ou seja, produtos que rendiam muito por um baixo volume. A produção de tais gêneros destinados às trocas ocupava apenas uma pequena fração da

---

1 A. G. Hopkins (1973, pág. VI) faz alusão aos “grupos de entidades econômicas interdependentes que estabeleciam relações comerciais regulares, muito extensas e antigas”.

mão de obra das regiões de origem, e provavelmente representava apenas uma pequena parcela de seus rendimentos. Consequentemente, o comércio “de luxo” era um comércio “do supérfluo”, já que era possível interrompê-lo ou findá-lo sem para isso reorganizar, na base, os processos de produção das regiões de origem. Portanto, no que diz respeito às duas regiões cujos produtos eram objeto de tal troca, não se pode dizer que elas se situavam em um mesmo sistema de divisão do trabalho<sup>2</sup>.

Parece que, na zona do Oceano Índico, as estruturas não evoluíram muito entre 1500 e 1800. A intrusão dos portugueses nessa zona marítima, seguida de outros europeus, modificou um pouco a identidade dos protagonistas deste comércio, mas quase não alterou sua natureza e amplitude. Mesmo no que concerne aos homens, as mudanças foram menos importantes do que, em geral, se acredita. Parece que, ainda em 1750, Moçambique, cujo litoral fora colonizado pelos portugueses, contava dentre seus mercadores com mais naturais da Índia e do Guzerate do que residentes portugueses. Parece que as mudanças importantes intervieram somente na segunda metade do século XVIII, com a queda do Império Mogol, o advento da Índia britânica, bem como o avanço dos árabes omanis na costa suaíli<sup>3</sup>.

Era de praxe a distinção tradicional entre a produção agrícola não comercializada e o comércio de produtos (de luxo) não agrícola com os países longínquos, mesmo onde se haviam estabelecido pequenas comunidades agrícolas de europeus, tais como os *prazeros*, no vale do Zambeze, ou os *bôeres*, na costa do Cabo.

Entretanto, havia uma zona onde a situação econômica era sensivelmente diferente: as regiões da África Ocidental e Central, que começaram a participar do tráfico de escravos. Evidentemente, o tráfico foi tanto uma consequência quanto um elemento chave da edificação da economia-mundo capitalista, iniciada aproximadamente em 1450, com a Europa em sua base. Desde o século XVII, a região do Caribe, em amplo sentido, fazia parte deste conjunto na condição de zona de produção anexa, cujas plantações (não somente de cana-de-açúcar, mas também, de tabaco, algodão etc.), em pleno desenvolvimento, dependeram cada vez mais da mão de obra dos escravos “capturados” na África Ocidental e Central, transportados através do Atlântico.

É preciso considerar este comércio de escravos de longa distância como um comércio de luxo ou de “produtos de primeiras necessidades”? Pode-se dizer

---

2 Em obras anteriores, tive a oportunidade de explicar porque o comércio exterior da África antes de 1750 pode ser considerado como um comércio “de luxo”. Ver I. Wallerstein, 1973 e 1976.

3 Ver E. Alpers, 1975.

que ele concerne à “produção” de mão de obra a serviço da economia-mundo capitalista? E devem-se considerar tais regiões de “produção” como zonas anexas deste sistema capitalista? Estas questões são bem complexas. Para respondê-las em termos quantitativos, observa-se um movimento ascendente do tráfico de escravos, entre 1450 e 1800, e um aumento muito sensível em torno de 1650. Em 1750, os efetivos triplicaram em relação a 1650<sup>4</sup>.

A partir de uma certa época, os negreiros, evidentemente, não se contentavam mais em buscar indivíduos para vender como escravos, mas esforçavam-se para assegurar fontes regulares de abastecimento. É por isso que a África Ocidental e Central foi insensivelmente levada a adotar seu sistema de produção e sua política em função dessas relações econômicas, doravante permanentes. É difícil saber a partir de qual época (1650? 1700? 1750?) esta adaptação pode ser considerada relativamente bem estabelecida. Pessoalmente, estou mais inclinado para uma data mais tardia<sup>5</sup>. Mas, como veremos, é certo que a própria transformação deste negócio “de luxo”, o tráfico de escravos, em um comércio “de primeira necessidade” abalou sua viabilidade econômica: de fato, os custos de reprodução deveriam, desde então, estar integrados nos cálculos de rentabilidade, em termos de remuneração dos serviços de mão de obra na economia-mundo capitalista, pois em toda troca de “produtos de primeira necessidade”, os custos de produção compreendem os “custos de oportunidade”.

Enquanto a África se encontrava “fora” da economia-mundo, o “custo” de um escravo para seu senhor era a soma dos custos de compra, de sustentação e de vigia do escravo (calculada proporcionalmente à duração de sua vida), dividida pelo trabalho total produzido pelo escravo durante sua existência. O “benefício” para a economia-mundo era basicamente a diferença entre a mais-valia produzida pelo escravo e seu “custo”. A partir do momento em que a África se encaminhou para “o interior” da economia-mundo, ou seja, que ela produziu, em

---

4 Dados calculados figuram em P. Curtin (1969, quadros 33, 34, 65, 67 e figura 26). Se os números mencionados por P. Curtin têm sido muito discutidos, por outro lado, a evolução da curva de crescimento proposta por ele não é muito questionada. Ver o debate entre J. Inikori (1976) e P. Curtin (1976); ver também o resumo das provas científicas, bem como a nova síntese de P. Lovejoy (1982). P. Lovejoy aponta algumas modificações fundamentais na curva. Lembremos que, traçando uma só curva para toda a África, não se levava em conta as nuances geográficas. A costa angolana foi largamente integrada desde o século XVI, ao passo que o Golfo de Benin, a Costa do Ouro e o Golfo de Biafra só foram integrados por volta de 1650, 1700 e 1740, respectivamente. A costa de Serra Leoa, integrada muito cedo, apenas se tornou uma importante zona de exportação por volta da metade do século XVIII. Quanto à África do Sudeste, só se tornou uma grande fonte de exportação no século XIX.

5 S. Daget (1980) explica que, a partir de 1650, o comércio de escravos implicou a “produção” de escravos; é por isso que, distinguindo-se ao mesmo tempo do comércio de luxo e dos produtos de base, as relações comerciais da época 1650-1800 apresentavam-se como um compromisso entre estas duas noções.

seu solo, gêneros que fizeram parte da divisão do trabalho da economia-mundo, alguém que era escravo não podia ser outra coisa, por exemplo, um produtor livre ou um assalariado. Portanto, se o “custo” do escravo talvez permanecesse o mesmo para o seu senhor, o “benefício”, do ponto de vista da economia-mundo, devia ser recalculado. O primeiro termo da equação devia levar em conta a acumulação “de substituição”, resultando de uma possível outra utilização do indivíduo. Talvez o escravo tivesse produzido uma mais-valia ainda mais forte se ele não tivesse sido escravo. Ademais, e isto é fundamental, o segundo termo também mudava, pois os anos de reprodução, que outrora, comumente, não eram levados em conta nos cálculos, agora passaram a constar deles. A acumulação líquida, resultado dos anos de escravidão, encontrava-se agora reduzida, ao passo que continuaria a mesma, caso o escravo não fosse escravo. Consequentemente, do ponto de vista do processo de acumulação no conjunto da economia-mundo, o cálculo era menos favorável ao sistema de escravidão.

Entretanto, o desenvolvimento futuro da África deveria ser menos afetado por estas modificações econômicas do tráfico de escravos do que por um processo muito mais profundo, o qual se desenrolava na complexa economia-mundo capitalista. O primeiro movimento de expansão econômica e geográfica da economia-mundo capitalista a longo prazo ocorrera entre 1450 e 1600-1650. Pode-se dizer que nesta época, a África não se integrava a esse processo histórico. Entre 1600-1650 e 1730-1750, a economia-mundo capitalista conheceu um período de relativa estagnação, retomando seu fôlego e reunindo suas forças. Isso foi particularmente nítido nas regiões geográficas que tinham participado do movimento expansionista do século XVI. Mas, nesta época, nenhuma região da África aderira a esse sistema (com as reservas já feitas, no que concerne à evolução da estrutura do tráfico de escravos)<sup>6</sup>.

## A expansão capitalista

Entretanto, por volta de 1730-1750, por razões inerentes ao seu funcionamento, a economia-mundo capitalista retomou sua expansão econômica e geográfica. No curso dos cem anos que se seguiram, ela absorveria, em sua rede de produção, cinco grandes zonas geográficas que, até então, haviam permanecido à margem de seu sistema: a Rússia, o Império Otomano, a Índia, as zonas “lon-

---

6 Para uma análise detalhada da economia-mundo capitalista no período 1450-1750, ver I. Wallerstein, 1974, 1980.

gínquas” do continente americano (o Canadá, a parte ocidental da América do Norte, a ponta meridional da América do Sul), bem como a África (do Norte, do Oeste e do Sul). É da integração dessa última zona que tratamos aqui.

Para a economia-mundo capitalista centrada em torno da Europa, as cinco zonas mencionadas acima apresentavam características comuns: todas elas tinham uma posição geográfica periférica; todas estavam em contato com a Europa através de seu comércio “de luxo” com as terras longínquas; todas eram, potencialmente, produtoras de matérias primas e podiam recorrer a uma mão de obra pouco dispendiosa.

Entretanto, essas cinco zonas também apresentavam características fortemente diversas. Seus sistemas ecológicos eram muito diferentes uns dos outros, e, no que tange à inclusão de tais zonas na economia-mundo, existia uma grande variedade, tanto na natureza dos produtos, quanto nos custos de produção correlatos. Os sistemas políticos também eram muito diversos. De um lado, havia os grandes impérios do mundo (Império Russo e Império Otomano), os quais agrupavam domínios muito vastos em uma superestrutura política única e muito burocrática. No outro extremo, havia os territórios “longínquos” das duas Américas – economias não agrícolas, pouco povoadas, sem relações umas com as outras, e dotadas de múltiplas estruturas políticas, frequentemente acéfalas. No primeiro caso, o processo de integração à economia-mundo foi obra de “integradores”, sabendo se adaptar aos sistemas políticos existentes e encontrar os meios de transformá-los em estruturas estatais, contidas no sistema interestatal e por ele delimitadas. No segundo caso, o processo de integração passava pela criação de novas estruturas (frequentemente de tipo colonial), capazes de organizar a produção e de participar do sistema interestatal. Aproximadamente falando, podemos dizer que, no primeiro caso, as estruturas dos Estados existentes foram enfraquecidas, ao passo que, no segundo, assistiu-se ao surgimento de novas estruturas, mais fortes. Contudo, em ambos os casos, as estruturas políticas, resultantes desta transformação, foram aquelas das zonas periféricas, estruturas “fracas” em relação às “fortes” estruturas estatais das regiões-mães da economia-mundo capitalista.

O processo de integração da África não participou de nenhum dos dois extremos. As estruturas políticas existentes eram múltiplas. Algumas eram relativamente fortes e burocráticas, ao passo que outras eram praticamente acéfalas. A África não constituía, de forma alguma, o que é chamado de “uma economia”, mesmo se frequentemente podemos falar de “economias” regionais que, muitas vezes, ultrapassavam o quadro de entidades políticas singulares. Do ponto de vista dos “integradores”, certas estruturas políticas existentes deveriam estar

enfraquecidas (por exemplo, o Império Russo, o Otomano e o Mogol), ao passo que, em outros casos, foi preciso criar poderes políticos novos e fortes o suficiente para assegurar o bom funcionamento dos processos econômicos transformados. Enfim, sabe-se que sistemas políticos coloniais completamente novos foram criados quase em toda parte, mais frequentemente, após um certo prazo.

A integração de um novo elemento na economia-mundo passa basicamente por duas fases. Primeiramente, pela fase fundamental: a transformação de uma parte relativamente importante dos processos de produção que deveriam doravante fazer parte do conjunto integrado dos processos de produção, segundo os quais opera a divisão do trabalho na sociedade da economia-mundo. Em segundo lugar, a transformação das estruturas políticas, resultando na constituição de “Estados” submissos às regras e aos mecanismos do sistema interestatal; tais Estados eram fortes o suficiente para facilitar uma circulação relativamente fluida dos fatores de produção no interior da economia-mundo, mas não tinham a potência necessária para se oporem a ela, salvo por certos meios restritos e por tempos limitados. Estamos convencidos de que tal processo de integração se desenrolou a partir de 1750 (até aproximadamente 1900), para a África do Norte, a África do Oeste e a África do Sul, ao passo que a África do Leste apenas começou sua integração por volta de 1850, ou até mesmo 1875<sup>7</sup>.

Essa integração da África não nasceu de um dia para outro. Foi um processo lento e regular, tanto que qualquer observador pudesse constatar uma permanência dos velhos esquemas de produção agrícola e a predominância deles em termos estatísticos. As normas e os valores tradicionais permaneceram, à primeira vista, relativamente imutáveis, o que podia evidentemente incitar a subestimação da importância da evolução em curso. Não obstante, destacamos quatro mudanças: uma parte da produção logo se viu orientada sistematicamente para os mercados da economia-mundo capitalista; tratava-se de “produtos de primeira necessidade” para a economia-mundo; essa produção exigia o recrutamento (ou a requisição) de trabalhadores, o que tendeu à implementação de novas estruturas de fornecimento de mão de obra; por fim, tal produção beneficiava, geralmente, àqueles que a dominavam no plano local, atraindo assim novos interessados. Tal

---

7 É preciso fazer uma distinção entre “integração” e “assimilação periférica”. No primeiro caso, é reforçado o desenvolvimento do capitalismo, alargando-o; no segundo, ele é desenvolvido em profundidade. A integração sempre precede a assimilação periférica. Esta segunda fase começou em 1875/1900 para a maior parte da África do Norte, do Oeste e do Sul, e, talvez, somente por volta de 1920 para a África do Leste. O processo está sempre em curso. Quando sustentamos que antes do século XX a África não fazia parte da economia-mundo, queremos dizer que a assimilação periférica ainda não era efetiva. Em uma obra publicada em 1982, T. K. Hopkins e I. Wallerstein explicam, brevemente, a distinção e as relações entre esses dois processos.

processo foi simplesmente ativado pela integração, mas o fato é que onde existe a quádrupla combinação da produção orientada para um mercado-mundo, da produção de artigos de primeira necessidade, da reestruturação da mão de obra e do lucro, dispomos da base econômica indispensável à integração, com todas as consequências políticas acarretadas por tal processo. Convém sublinhar que a integração da África na economia-mundo não é a consequência de uma livre escolha. Nenhuma região escolheu essa opção. A integração foi um processo exógeno que se chocou com resistências. Ora, a resistência oposta pela África produziu alguns efeitos: ela retardou, depois diminuiu o próprio processo da integração. Mas houve um momento em que o equilíbrio das forças foi desfavorável aos oponentes. Isto não foi o fim da ação de origem local. As lutas pelo poder continuaram, mais ou menos segundo as vias preexistentes, porém obedecendo a novos imperativos sistemáticos e geralmente diferentes daqueles que estavam em vigor antes da integração. A ação local não conheceu trégua na África, tampouco em qualquer outra parte.

Dado que, até então, o comércio “intercontinental” da África consistia principalmente no tráfico de escravos, e que a integração foi acompanhada da abolição do tráfico, a integração frequentemente tem sido considerada como a passagem do comércio de escravos ao comércio “legítimo”. Contudo, recorrer a expressões ideológicas da época pode induzir-nos ao erro. Para se convencer disso, basta considerar a África do Norte ou a África do Sul, sem falar das regiões exteriores ao continente africano que foram integradas à economia-mundo na mesma época. A diminuição do tráfico de escravos, qualquer que fosse a sua importância, se situava no segundo plano em relação à necessidade, geralmente experimentada pela economia-mundo capitalista, de encontrar novas regiões de *produção* a baixo custo, no quadro do desenvolvimento geral de sua atividade econômica e de sua taxa de acumulação.

## A integração do Egito e do Magreb

Este processo é mais fácil de ser discernido se não basearmos a análise, como de costume, no estudo da costa ocidental da África. Tomemos, portanto, o caso do Egito. Antes de 1730, a produção egípcia se inscrevia no esquema da divisão do trabalho no Império-mundo Otomano. O Egito era, ao mesmo tempo, um dos celeiros deste sistema histórico e uma placa giratória desta vasta rede intercontinental de comércio de produtos de luxo. Na segunda metade do século XVIII, as contradições internas do sistema egípcio, aliadas à diminuição da demanda dos

artigos de exportação anteriores, provocaram uma crise da fiscalidade da estrutura estatal e um aumento dos impostos, ocasionando, por sua vez, um movimento de resistência dos camponeses, que se manifestou através de um abandono das terras. Ora, na mesma época, a economia-mundo capitalista buscava precisamente incluir a produção egípcia em sua rede. Tal processo foi concretizado, no fim do século XVIII, pela ativa rivalidade militar que levou a França e a Inglaterra à luta – ambas desejando se impor na região. A resposta egípcia se deu pela ascensão ao poder de Muhammad ‘Alī, que tentou “modernizar” o país.

Do ponto de vista econômico, esse esforço de “modernização” se apoiava na produção de um gênero agrícola, devendo servir de artigo de exportação de base. Por diversas razões ligadas às condições ecológicas e às estruturas políticas da economia-mundo capitalista, o Egito tinha mais interesse em optar pelo algodão de fibras longas do que pelo trigo. Entretanto, a produção de algodão em grande escala necessitava de uma modificação não só do sistema de irrigação, mas ainda da organização social das relações de produção. Muhammad ‘Alī estabeleceu o monopólio do Estado no comércio, com arrecadação direta das taxas por funcionários assalariados. Seguiu-se uma regulamentação, cada vez mais estrita, dos métodos de produção dos agricultores, e o recrutamento forçado de pessoal para os trabalhos de infraestrutura e para o serviço militar. Tal sistema foi posteriormente substituído pelo trabalho de corveia nas grandes propriedades privadas, que representavam 45% da superfície das terras aráveis em 1844, ao passo que este número não passava dos 10% em 1818. O processo foi ainda reforçado após a morte de Muhammad ‘Alī, com a expropriação dos camponeses que acabou desencadeando, com o apoio destes, a grande revolta dos ‘Urābī, em 1881-1882. Tal revolta contribuiu, entre outros, para precipitar o estabelecimento do regime colonial britânico. A transformação integral do processo de produção teve por consequência o surgimento de uma importante camada de trabalhadores rurais sem-terras, o estabelecimento de um controle direto das atividades agrícolas e um sensível aumento do tempo de trabalho exigido dos camponeses<sup>8</sup>.

As coisas ocorreram diferentemente no Magreb. Por um lado, podemos dizer que houve um constante esforço para integrar o Magreb (em particular, o Marrocos) na economia-mundo capitalista, desde suas origens, ou seja, desde o final do século XV<sup>9</sup>. Por outro lado, parece que a região não tinha conhecido grandes mudanças nas relações de produção até a metade do século XIX, ou mesmo mais tarde. Entre 1450 e 1830, uma boa parte (mas não a totalidade)

8 Para mais precisões, ver A. R. Richards, 1977.

9 Ver A. Laroui, 1975, p. 29-33 e D. Seddon, 1978, p. 66.



das relações entre o Magreb e a Europa, através do Mediterrâneo, era condicionada pela atividade dos corsários; essa, do ponto de vista econômico, pode ser assimilada, de alguma forma, ao comércio de luxo com os países longínquos, mediante ambiguidades análogas àquelas que apresentavam o tráfico de escravos setecentista na África Ocidental. Todavia, contrariamente ao tráfico de escravos, as expedições corsárias começaram a desaparecer no século XVIII, cedendo espaço a trocas comerciais mais regulares, em particular no Marrocos e na Tunísia<sup>10</sup>. Desde a segunda metade do século XVIII, o Marrocos cultivava gêneros industriais e alimentícios, os quais eram exportados para a Europa junto a produtos de origem animal e minerais. Essas atividades foram consideravelmente estendidas após 1820<sup>11</sup>. A maior resistência da Argélia a tal integração econômica explica, na verdade, sua conquista relativamente precoce, sobrevinda em uma época em que a dominação política da Europa sobre a África ainda não se encontrava generalizada.

## O modelo da África Ocidental

O papel primordial do comércio transaariano na vida econômica do Magreb está entre os fatores que permitiu a esse último manter, durante muito tempo, relações mal definidas com a economia-mundo, a meio caminho entre a integração e a independência. A região serviu de zona de passagem e de intermediário para aquilo que, na verdade, era uma ligação comercial indireta e distante entre Sahel e a Europa. Foi precisamente em função disso que o Magreb não se viu obrigado a fundar em seu próprio território novos centros de produção dedicados à exportação. As opiniões divergem quanto à relativa importância do tráfico comercial transaariano entre 1750 e 1880<sup>12</sup>. Mas é certo que, com a colonização sobrevinda no fim do século XIX, estas antigas rotas comerciais perderam sua importância econômica, e o Magreb se viu privado da “cobertura” que lhe assegurava seu papel de entreposto.

---

10 A. Laroui estima que a evolução da Tunísia no século XVIII é comparável ao desenvolvimento empreendido mais tarde pelo Egito. “A Tunísia deu os primeiros passos; mas, no século seguinte, ela se inspiraria no despotismo iluminado de Méhémet Ali”. 1975. p. 43.

11 Ver D. Seddon, 1978, p. 69-71.

12 Segundo A. A. Boahen, 1964, p. 131, esse comércio apenas representava, no século XIX, “uma parte de seu valor inicial”; ao passo que C. Newbury, 1966, afirma que, longe de declinar, ele não cessou de aumentar até 1875.

Há tempos, os historiadores se interessam pelo avanço do que chamamos de comércio “legítimo” na África Ocidental oitocentista, cujo aspecto mais importante não é nem o aumento quantitativo das trocas nem as variações de sua composição, mas a resultante transformação das estruturas de produção, bem como as consequências dessas mudanças nas relações de produção. Este processo começou antes das medidas tomadas pelos britânicos para abolir o tráfico de escravos, pois a própria política abolicionista é uma consequência da expansão da economia-mundo capitalista; é indubitável que a abolição da escravidão tenha precipitado o processo de transformação das estruturas de produção na África Ocidental<sup>13</sup>.

Inúmeras provas escritas permitem-nos afirmar que o novo produto por excelência, e, de algum modo, aquele que mais teve sucesso, foi o óleo de palma, originário do Delta do Níger. Primeiramente ligado ao tráfico de escravos<sup>14</sup>, tal produção prosperou até 1861, ano que assistiu ao fim de seu avanço, o seu declínio definitivo ocorrendo no final do século<sup>15</sup>. O comércio de óleo de palma também se desenvolveu na Costa do Ouro, ainda que de forma um pouco menos espetacular<sup>16</sup>, e no Daomé, onde o tráfico de escravos alcançara tamanha amplitude que podemos falar da integração efetiva da população local pelo tráfico<sup>17</sup>.

- 
- 13 C. Chamberlin, 1979, p. 420-421, contesta o termo “comércio legítimo”, porque, além de seu eurocentrismo, “ele sugere que a abolição está na origem da conversão das exportações de escravos em exportações de produtos, ao passo que, na verdade, essa transformação é simultaneamente anterior e posterior às disposições abolicionistas britânicas de 1807”. Ele adere à ideia de que as necessidades da Europa de matérias-primas desempenharam um papel, e insiste nas “exigências extraordinárias” que faziam pesar, na produção, o volume das exportações do óleo de palma, da madeira e do látex. Numerosos produtores começaram a prospectar vastas regiões em busca de novos produtos.
- 14 Ver A. J. H. Latham, 1978. Ver também C. Coquery-Vidrovitch e H. Moniot, 1974, p. 108: “Diferentemente das nações europeias, comércio negreiro e comércio legítimo não representavam, para os africanos, duas atividades contraditórias. Ao contrário, sua complementaridade nos anos 1860 facilitou a evolução”.
- 15 Ver A. G. Hopkins, 1973, p. 133.
- 16 Ver A. A. Boahen, 1975, p. 91. Quanto à supremacia da Nigéria sobre a Costa do Ouro no que tange à produção do óleo de palma, ver S. D. Neumark, 1954, p. 60.
- 17 Ver I. A. Akinjogbin, 1967, p. 141: “A partir de 1767, a vida nacional do Daomé dependia basicamente das consequências, a longo prazo, da restauração econômica de Tègbessou. Ao fundar a economia do Daomé no tráfico de escravos, Tègbessou tanto colocara o reino à mercê dos fatores externos que os daomeanos não puderam controlá-lo nem mesmo influenciá-lo”. Ver também D. Ronem, 1971 e J. Inikori, 1977. A passagem do tráfico de escravos ao comércio de óleo de palma reforçou a influência dos mercadores particulares em relação aos mercadores do rei (R. Law, 1977) e estimulou a atividade comercial no norte da savana, como nos caso dos ashanti (J. F. Munro, 1976, p. 46). Mas, na realidade, essa transição ocasionou mudanças mais decisivas no nível da produção do que no nível das trocas. “A coleta, o transporte e a armazenagem de produtos, tais como o óleo de palma e o amendoim, assim como a divisão dos produtos importados e sua repartição entre inúmeros pequenos produtores, exigiam mais mão de obra do que o tráfico de escravos [...]” (J. Munro, 1976, p. 47).

O amendoim também foi um importante novo produto. Destinado à exportação, primeiramente foi cultivado na costa da Alta Guiné, nos anos 1830, depois, se expandiu para o Oeste até a Senegâmbia<sup>18</sup>. A terceira grande produção foi a do látex, cujo comércio começou muito mais tarde, em parte para compensar a baixa demanda do óleo de palma<sup>19</sup>. Por sua vez, o fim do tráfico de escravos e o desenvolvimento da agricultura de rendimento que lhe foi decorrente no litoral, ou próximo às costas, estimularam a economia no centro do Sudão (gado, potassa, produtos agrícolas, artigos de couro)<sup>20</sup>.

O fato é que algumas tentativas de novas culturas comerciais malograram. Notadamente, parece que a intervenção direta dos europeus produziu efeitos nefastos na produtividade, como ilustram o fracasso da colonização agrícola do Waalo, entre 1819 e 1831<sup>21</sup>, e, mais tarde, as diversas tentativas feitas no Senegal, no sul da Costa do Ouro e na Nigéria<sup>22</sup>. Isso não significa que os europeus começavam a se estabelecer mais solidamente na cena africana: antes, a importante mudança era que, ao comprar lotes de artigos dos traficantes que penetravam no interior e organizar o envio de tais produtos para o além-mar, eles suplantavam, nos portos, os mercadores africanos que desempenhavam o papel de intermediários<sup>23</sup>.

Para adaptar a produção às novas exportações, foi necessário, evidentemente, renovar as importações. Durante todo o século XIX, assistiu-se à multiplicação das importações de produtos manufaturados provenientes da Europa, e, sobretudo, da Grã-Bretanha. Assim, a África, cujos tecidos de algodão já eram os primeiros produtos de importação no século XVIII, multiplicou por cinquenta o volume de suas importações entre 1815 e 1850, e, depois, por sete, até 1891<sup>24</sup>.

---

18 G. E. Brooks, 1975, destaca a rapidez com que os cultivadores africanos responderam à forte demanda europeia (em particular, francesa). Ver também B. Mouser, 1973, 1975.

19 Ver R. E. Dumett, 1971.

20 Ver P. E. Lovejoy, 1974, p. 571-572: "O crescimento econômico encetado após 1750 prosseguiu durante todo o século XIX [...]. O século que precedeu o regime colonial foi uma época de relativa prosperidade". P. Lovejoy observou que o volume das mercadorias a granel, transitando entre a zona costeira (inclusive os gêneros reexportados da Europa) e o Sudão Central, era largamente superior àquilo que geralmente pensamos.

21 Ver B. Barry, 1972, p. 237-258.

22 Ver J. F. A. Ajayi e B. O. Oloruntimehin, 1976, p. 211. Segundo A. G. Hopkins, 1973, p. 138: "Os promotores (destas experiências) encontraram-se impossibilitados de lutar contra a concorrência dos mercados internacionais, parcialmente em razão dos custos proibitivos da mão de obra africana livre".

23 Ver C. Chamberlin, 1979, p. 423. No que concerne à repartição dos papéis nas relações comerciais internas, G. I. Jones destaca, a propósito da região do Delta do Níger, que "os comerciantes europeus, de bom ou mau grado, tiveram que se adequar às estruturas comerciais africanas" (1963, p. 82).

24 Ver C. W. Newbury, 1972. Ver também A. G. Hopkins, 1973, p. 129.

Os fabricantes da África Ocidental adaptaram-se a esse afluxo maciço, como o fizeram os povos de outras regiões ao se integrarem à economia-mundo. Uma parte das manufaturas locais foi convertida, as outras se especializaram para lutar contra esta nova concorrência e se refugiaram em uma produção destinada a mercados mais restritos<sup>25</sup>.

## A África Austral

Na África Austral, a integração seguiu um processo diferente: de um lado, porque a região não exportava escravos, de outro, em razão do estabelecimento de uma colônia de brancos. Embora os bôeres estabelecidos no Cabo no século XVIII fossem europeus vivendo em uma colônia europeia, devemos considerar que poucos fizeram parte integrante da economia-mundo capitalista<sup>26</sup>.

As modificações estruturais que seguiram às guerras napoleônicas foram, evidentemente, uma consequência regional da nova hegemonia adquirida pela Grã-Bretanha na economia-mundo. Mas este movimento político pode ser considerado como o prosseguimento lógico do lento processo de avanço e de expansão da economia-mundo. Os britânicos consagraram pouco tempo à adaptação dos processos de produção que teria permitido uma rápida integração da região. Aumentaram consideravelmente o tráfico marítimo, enviaram novos colonos da Grã-Bretanha e desenvolveram a criação em escala industrial de carneiro em tamanhas proporções que, por volta de 1845, a colônia do Cabo

25 Ver J. E. Flint, 1974, p. 388-389 e E. Reynolds, 1974a, p. 70.

26 M. F. Katzen sublinha os numerosos esforços empregados pelas autoridades holandesas a partir de Van Riebeeck a fim de implantar uma produção orientada para a exportação: "As únicas exportações saindo do Cabo, antes de 1778, consistiam em alguns produtos da caça (marfim, peles, plumas de avestruz etc.), mais o trigo, o vinho e a aguardente, no século XVIII" (1969, p. 193). Aliás, esses últimos produtos eram exportados em quantidades muito pequenas: "A única produção comercial de vinho se situava a dois ou três dias do Cabo, os cereais eram cultivados ainda um pouco mais longe [...]. A VOC (*Vereenigde Oost-Indische Compagnie*, Companhia Holandesa das Índias Orientais) considerava o Cabo, antes de tudo, como um posto de abastecimento que devia ser explorado da forma mais econômica possível", p. 202. Sobre o período precedente a 1806, J. F. Munro fez uma distinção entre a zona que se estende no raio de 80 a 100 quilômetros em torno da cidade do Cabo, "que produzia trigo e vinho para o mercado de exportação" (1975, p. 56) e "as outras zonas agrícolas de subsistência que, devido à colônia de tendência pastoral a leste do Cabo, estabeleceram frágeis ligações comerciais com o tráfico marítimo do Cabo [...]". A. Atmore e S. Marks afirmaram que, mesmo na África do Sul do século XIX, "sem a contínua contribuição de técnicas provenientes da metrópole ou do enclave metropolitano do Cabo", os africânderes "teriam podido se misturar à população majoritária das diferentes sociedades africanas presentes, como fizeram os *prazeros* portugueses no vale do Zambeze ou, ainda, os mestiços griqua no rio Orange" (1974, p. 110). Mas, é precisamente aí que reside o problema. No século XIX, de bom ou mau grado, eles foram integrados à economia-mundo e reagiram em função desta realidade.

havia se tornado um importante centro de produção da economia-mundo<sup>27</sup>. Mais tarde, o Natal se tornaria uma região produtora de açúcar, cujas plantações empregavam trabalhadores indianos engajados a longo prazo.

No século XVIII, os agricultores brancos obrigaram os khoi-khoi e os mestiços (“*coloured*”) a trabalharem, mais frequentemente, como escravos. Depois, os britânicos declararam oficialmente a emancipação dos escravos. A expansão e a evolução econômica provocaram então o Grand Trek dos bôeres, tendo os britânicos permanecido basicamente como testemunhas à parte, ao passo que as populações nguni e zulu entravam em ação<sup>28</sup>. Houve, então, uma luta incitada pela posse das terras e pelo domínio da mão de obra empregada a uma produção destinada ao mercado mundial. Na colônia do Cabo, camponeses africanos implantaram uma agricultura desenvolvida paralelamente às explorações dos cultivadores brancos, os quais empregavam meeiros africanos<sup>29</sup>.

Não podemos fazer nenhuma aproximação entre os acontecimentos acima descritos e a situação da região angolana, que, entretanto, mantém ligações mais antigas com a Europa. Nesse caso, o tráfico de escravos e o comércio de marfim se desenvolveram rapidamente, ocasionando incursões cada vez mais profundas no continente e enfraquecendo diversas estruturas políticas existentes<sup>30</sup>. Após a abolição da escravidão, tentou-se criar plantações para os colonos brancos. Estas conheceram um breve momento de prosperidade graças ao êxito do algodão nos anos 1860; mas tais plantações acabaram malogrando, como muitas das outras tentativas deste gênero na África Ocidental<sup>31</sup>. Nenhum produto africano foi então objeto de uma importante cultura de rendimento.

## A tardia integração da África Oriental

A costa oriental da África também permaneceu relativamente à margem da economia-mundo capitalista. Foi através do Oceano Índico que ela estabeleceu suas primeiras relações com o exterior. A Índia e, em menor medida, a

27 Ver J. F. Munro, 1976, p. 56-60.

28 Até então, os colonos brancos apenas haviam exercido fortes pressões políticas e econômicas nas sociedades nguni, no Zuurveld, nos anos 1780 e 1790 (C. Bundy, 1979, p. 20).

29 Ver C. Bundy, 1979, p. 44 e seg.

30 Ver D. Birmingham, 1976, p. 267-269, e J.-L. Vellut, 1975, p. 134-135. J.-L. Vellut explica assim o fato de o interior ter se tornado mais dependente da economia-mundo. Ver também W. G. Clarence-Smith e R. Moorsom, 1975.

31 Ver J. F. Munro, 1976, p. 51-52; W. G. Clarence-Smith, 1979a, p. 14-15.

Ásia do Sudoeste encontravam-se então em curso de integração ao sistema da economia-mundo capitalista. Se o tráfico de escravos prosperou nessa região no século XIX, foi precisamente porque a África Oriental ainda se encontrava fora do sistema. Entretanto, ele constituiu aí, como precedentemente na África Central e Ocidental, uma força dinâmica de ruptura e um fator de reconstrução. A ilha de Zanzibar foi integrada à economia-mundo graças ao seu lugar preponderante, na metade do século XIX, no mercado mundial do cravo-da-índia; integração que passou pela criação de um sistema de *plantation*<sup>32</sup>. A Ilha Maurício foi coberta de plantações de cana-de-açúcar, ao passo que em Madagascar se desenvolvia a rizicultura e a criação de bovinos, a fins de exportação para a Ilha Maurício<sup>33</sup>. Contudo, finalmente foi a luta pela conquista da África e suas consequências na África Oriental que precipitaram as mudanças que também ocorriam em outras partes da África.

A transformação das estruturas de produção teria sido impossível independentemente de uma transformação das estruturas políticas facilitadora das mutações econômicas e de sua legitimação. Mas em qual nível se situaria o encadeamento? A propósito da importância do período de 1805-1820 na história da África, I. Hrbek observava recentemente a simultaneidade dos seguintes acontecimentos: a *jihad* de ‘Uthmān dan Fodio, a Oeste do Sudão (bem como outras revoluções islâmicas); o êxito do povo zulu sob o reino de Shaka; o declínio do Bunyoro e a expansão do Buganda na região interlacustre; as revoluções fula, a Oeste do Sudão; a campanha de modernização de Muhammad ‘Ali, no Egito; a unificação do Imerina em Madagascar, sob o reino de Radama I, e o crescimento da hegemonia omani na época de Sayyid Sa‘id. Hrbek destaca que “todos esses fenômenos ocorreram em zonas contíguas, e emanam de influências e de fatores externos<sup>34</sup>”.

## As implicações da integração

É preciso parar de superestimar o papel dos fatores externos na criação dos Estados africanos. De fato, as forças internas constituem o motor da evolução política, ao passo que o processo lógico de desenvolvimento explica a maior

32 Ver F. Cooper, 1977, p. 47-79.

33 Na verdade, foi porque a Grã-Bretanha possuía interesse em assegurar uma tal produção adaptada às necessidades da ilha Maurício que os britânicos apoiaram, pelo tratado de 1817, a independência de Madagascar contra os intentos da França. Ver P. M. Mutibwa, 1972, p. 39.

34 I. Hrbek, 1968, p. 48. Ver A. Wilson, 1972, a respeito da expansão do Império Luba lomani nesta época.

parte dos fenômenos secundários. Além disso, houve Estados, constituídos nessa época, que estavam demasiadamente distanciados da economia-mundo (por exemplo, o Rozwi)<sup>35</sup>. Enfim, é claro, se considerarmos os Estados da África Ocidental, que não há necessariamente relações entre a participação de uma região no tráfico de escravos e a criação de um Estado. Se os dois fenômenos são concomitantes no Daomé e no Oyo, por outro lado, Benin é o exemplo da criação de um Estado forte sem participação no tráfico de escravos, ao passo que o Delta do Níger nos fornece um exemplo inverso<sup>36</sup>.

A questão se situa em um outro nível: de fato, a participação na economia-mundo implicava a existência de estruturas políticas capazes de assegurar o funcionamento da economia, em termos de comércio, de produção, de mão de obra. Pressões exercidas do exterior visavam impor tais estruturas<sup>37</sup>. Quando as estruturas vigentes bastavam para desempenhar o papel esperado, de qualquer modo que fosse, pouca pressão era exercida para impor a mudança. Contudo, a participação na economia-mundo reforçava a importância econômica de certos agentes internos capazes de criar estruturas políticas adequadas; e foram eles que pressionaram para obter as modificações de estrutura<sup>38</sup>. Tal situação engendrou uma gama de desordens que pouco beneficiava aos Estados participantes da economia-mundo. Estes últimos, por sua vez, esforçaram-se para impor uma estabilização política ao criar Estados que participassem do sistema interestatal e, portanto, que aceitassem as pressões correlatas<sup>39</sup>. Sabe-se que esse processo tendeu, finalmente, em grande parte da África, à criação dos Estados coloniais.

35 Ver S. I. Mudenge, 1974.

36 A. G. Hopkins fala disso em uma obra publicada em 1973, p. 105-106. A.G. Hopkins, 1973, pp. 105-6, trata disso.

37 W. K. Hancock, 1942, p. 163, adotando o ponto de vista de um estrangeiro que queria fazer com que os africanos participassem da economia-mundo, é favorável a esta tese. Ele constata que simples pressões econômicas se revelaram insuficientes: "O problema político era praticamente insolúvel. Os comerciantes europeus, na África Ocidental, compreenderam logo que suas atividades – apesar de uma participação muito espontânea dos africanos – exigiam o apoio de uma paz que a sociedade africana, assaz fraca, não podia garantir." Fraca demais para estabelecer a paz, talvez, mas também, em outros momentos, forte demais para permitir que se estabelecesse.

38 É a própria essência da obra clássica de K. O. Dike: "As mudanças radicais trazidas pela abolição no setor econômico imediatamente repercutiram no campo social e político", 1956, p. 11. Ver C. Chamberlin, 1979, p. 430. Ver também a análise da política interna do Daomé proposta por J. C. Yoder, 1974. A. G. Hopkins fala de uma "crise da aristocracia na África Ocidental do século XIX [...], nascida da contradição entre as relações de produção passadas e presentes", 1973, p. 143, ou seja, da passagem do tráfico de escravos à cultura de rendimento. Ele mostra que as estruturas políticas sobreviveram, mais ou menos facilmente, à crise.

39 P. Ehrensaft, 1972, refere-se às várias intervenções sucessivas dos britânicos na África Ocidental. A. S. Kanya-Forster, 1969, cap. 2, faz o mesmo em relação à França. B. M. Magubane, 1979, cap. 2, descreve a situação na África do Sul.

Do ponto de vista político e econômico, a abolição da escravidão foi um acontecimento capital nessa evolução. De fato, a abolição do tráfico e da escravidão nas plantações emana diretamente do funcionamento da economia-mundo capitalista, tal como o próprio fenômeno do tráfico e da escravidão. Não tenho a intenção de reiniciar aqui o debate sobre a importância do papel dos abolicionistas, como grupo de pressão, nesse processo. Certamente, eles existiram e participaram dessa evolução. Mas a simples constatação da existência e do papel de tal grupo de pressão não explica o processo; ele é apenas um aspecto que também deve ser explicado.

Para que o trabalho dos escravos nas plantações fosse economicamente viável, era preciso manter os custos abaixo de um certo nível, o qual era fortemente condicionado pelo fato de os escravos serem majoritariamente recrutados por outros meios que a reprodução da população. Já indicamos que o próprio fato do aumento do número de escravos “recrutados” modificou progressivamente o caráter econômico do tráfico de escravos na África Ocidental, aumentando os “custos de oportunidade” desse tráfico e modificando, então, a taxa mundial de acumulação.

Esse fenômeno geral se manifestava paralelamente a um problema mais especificamente britânico. A produtividade das plantações de cana-de-açúcar das Antilhas britânicas não parou de cair no século XVIII<sup>40</sup>. Logo, a Índia ofereceu à Grã-Bretanha uma vasta zona de produção, permitindo-a paliar essa situação<sup>41</sup>. Entretanto, tratava-se de uma região onde a produção agrícola já era densa e a prática da escravidão arriscava ser economicamente dispendiosa

---

40 Ver W. A. Green, 1974, p. 247: “A política da Grã-Bretanha na África do Oeste, antes de 1850, foi largamente ditada pelas necessidades das Índias Ocidentais”. E. Williams (1966, p. 149-150) e D. H. Porter (1970, p. 142-143) sustentam que a superprodução de açúcar foi um elemento chave em favor da abolição da escravidão. Por outro lado, R. Anstey se mostra cético, 1975, p. 386.

41 E. Williams (1966, p. 183-188) explica a relação entre os abolicionistas e a produção açucareira das Índias Orientais. Em 1791, após a crise provocada pela revolução em São Domingos, a produção açucareira das Índias desempenhou um papel de primeiro plano na política britânica. Grandes quantidades dessa produção foram vendidas entre 1794 e 1800 (J. P. Marshall, 1968, p. 88-89). Depois, os grupos de pressão das Índias Ocidentais conseguiram restabelecer elevadas tarifas alfandegárias, e as importações provenientes da Índia diminuíram. Mas a opinião geral era que, na ausência de tarifas alfandegárias, “apesar de um frete mais elevado, as Índias Orientais podiam vender mais barato do que as Índias Ocidentais” (C. N. Parkinson, 1937, p. 85). A explicação é simples: dado que os “grandes financiadores possuíam interesses nos dois lados” (*ibid.*, p. 86), as decisões parlamentares constituíam um compromisso: o grupo de pressão das Índias Ocidentais perdeu a batalha da abolição, mas ganhou a das tarifas alfandegárias das Índias Orientais. Quando se procedeu a uma igualdade dos direitos, em 1836, as exportações de açúcar de Bengala conheceram um aumento vertiginoso (K. N. Chaudhuri, 1966, quadro I, p. 347). É necessário mencionar uma zona de produção açucareira situada na África: a Ilha Maurício. Exonerada pelos ingleses em 1826, a produção açucareira logo conquistou toda a ilha. A escravidão foi abolida teoricamente em 1835 e os escravos foram substituídos por uma mão de obra contratual indiana. Um comércio de escravos continuou a prosperar ilegalmente. Contudo, tais escravos eram originários da África Oriental. Ver B. Benedict, 1965, p. 12-19; E. A. Alpers, 1975, p. 214.



demais (se se quisesse reduzir a população autóctone à escravidão), além de ser muito difícil politicamente, caso se optasse pela importação de escravos. Consequentemente, desde então, o tráfico de escravos parecia, de imediato, menos útil para a produção açucareira e para as outras culturas praticadas nas zonas de influência britânica, e, até mesmo contraindicado se houvesse a intenção de encorajar as culturas comerciais na África Ocidental. Ora, a Grã-Bretanha, graças à sua supremacia sobre o mundo nesta época, encontrava-se em uma situação político-militar que lhe permitia executar a abolição da escravidão<sup>42</sup>.

Compreendemos, então, que os interesses de todos os capitalistas da economia-mundo se encontravam condizentes com aqueles, mais particulares, da subclasse dos capitalistas britânicos, a fim de criar um clima político favorável ao abolicionismo<sup>43</sup>. Claro, esse processo se chocou com a oposição de um grupo de capitalistas menores que era afetado negativamente por essa mudança. Ademais, essa política foi aplicada com uma grande flexibilidade. Nas plantações não britânicas, que simplesmente representavam fontes de abastecimento para fabricantes britânicos, a Grã-Bretanha tendia a “fechar os olhos” para a escravidão. Tal foi o caso do sul dos Estados Unidos da América, ou ainda, de Cuba e do Brasil que, durante quase todo o século XIX, continuaram a adquirir escravos na zona onde o tráfico ainda era permitido, “ao sul da linha” onde, como vimos, os aspectos econômicos da escravidão permaneceram diferentes<sup>44</sup>.

Dissemos que até a época da partilha, o século XIX fora a era do “império informal” ou do “imperialismo do livre-câmbio”. Robinson e Gallagher resumem a situação nestes termos: “Quando possível por vias oficiosas, mas, quando necessário, por anexações oficiais, os britânicos não cessaram de consolidar sua

---

42 Isso não significa que os esforços da Grã-Bretanha foram imediatamente coroados com sucesso, nem que a campanha foi conduzida com vigor desde o início. S. Daget (1979, p. 436) constata que “a repressão inglesa [da escravidão] pouco importunou a economia do tráfico de escravos realizado pelos franceses” antes de 1831. J. F. Munro (1976, p. 43) afirma que o comércio de escravos no Atlântico só se tornou “negligenciável” por volta de 1850.

43 Ver B. K. Drake, 1976, p. 86-87. É preciso não negligenciar o papel desempenhado pela “cooperação” dos africanos no comércio de escravos. C. Coquery-Vidrovitch e H. Moniot (1974, p. 311) nos lembram que “o tráfico ‘legítimo’ triunfou, é certo, porque a Europa nele encontrava sólidas garantias, mas, também, porque as estruturas mercantis de numerosos Estados africanos eram adequadas. Em outras palavras, o segundo parceiro do comércio atlântico, o africano, se não desempenhava um papel decisivo, não deixava de ser ativo, se adaptava, tirava proveito do mercado, em suma, comportava-se como interlocutor responsável”.

44 Ver A. G. Hopkins, 1973, p. 113; D. Eltis, 1979, p. 297. Segundo os números citados por P. Curtin para o Brasil, a maior parte dos escravos era originária de Moçambique e Angola. Parece que isso é verdade também para Cuba, 1969, p. 240, 247. Ademais, podemos dizer que a abolição não teve nenhuma incidência sobre o tráfico de escravos transaariano, o qual participava basicamente de um comércio “de luxo”. Ver R. A. Austen, 1979.

supremacia”<sup>45</sup>. Invoca-se com demasiada facilidade o livre-câmbio. Lembremos que os comerciantes são favoráveis ao livre-câmbio quando a concorrência os favorece no mercado, e que eles procuram limitar o livre-câmbio desde que essa situação se inverta. Por isso, certos historiadores, constatando a diminuição do papel das companhias de carta na África Ocidental setecentista, falaram de um avanço do livre-câmbio. Disseram-nos, entretanto, que o desmantelamento dos monopólios das companhias de carta foi um processo progressivo; por conseguinte, a adoção do sistema de livre-câmbio teve um caráter muito limitado e emanou basicamente de “motivos práticos de ordem comercial”, ou seja, do fato de tal sistema comportar menos encargos gerais e se adaptar melhor às exigências do tráfico de escravos em pleno avanço<sup>46</sup>. Quanto ao século XIX, durante o qual o sistema de livre-câmbio é ainda mais generalizado, dissemos que, sob a pressão ideológica da noção de “comércio legítimo”, essa época conhecera, na verdade, uma séria limitação do livre-câmbio<sup>47</sup>.

Se a Grã-Bretanha pôde tornar-se a campeã da doutrina do livre-câmbio na África, foi em virtude de sua hegemonia no mundo, nesses “felizes dias” em que os produtos britânicos triunfavam face à concorrência de todos os seus rivais, e em que sua frota lhe garantia uma “liberdade de acesso aos mercados do mundo todo, tal como ela jamais conhecera, e não mais conheceria depois”<sup>48</sup>. Os mercados ingleses tiravam vantagem sobre todos os seus concorrentes: os bôeres da África do Sul<sup>49</sup>, os mercadores africanos da África do Oeste<sup>50</sup> e os franceses<sup>51</sup>.

45 J. Gallagher e R. Robinson, 1970, p. 145.

46 A. G. Hopkins, 1973, p. 93-94.

47 Ver D. D. Laitin, 1982.

48 J. Galbraith, 1970, p. 34-35.

49 A. Atmore e S. Marks tecem o seguinte comentário a propósito da África do Sul do século XIX: “Enquanto durou o monopólio britânico na região – e, na metade do século, ninguém pareceu sonhar em contestá-lo – e enquanto os territórios continuaram subdesenvolvidos e controlados por meios não oficiais, não se via a necessidade de estabelecer um império regulamentar”. 1974, p. 120.

J. Gallagher e R. Robinson nos lembram que um tal império não inexistia totalmente. De fato, a anexação de Natal em 1843 fechou aos bôeres o acesso à baía de Delagoa, em 1860 e 1868, bem como à baía de Santa Lúcia, em 1861 e 1866. Após, houve o fracasso da tentativa de união das duas repúblicas bôeres, em 1860. Em meados do século, essas diferentes medidas mantiveram as repúblicas bôeres em um estado de “dependência em relação aos portos britânicos” (1970, p. 45).

50 É verdade que nesta época os “grupos de comerciantes da África Ocidental serviram [primeiramente] de intermediários econômicos e políticos à Europa e, em particular, à Grã-Bretanha” (S. B. Kaplow, 1978, p. 20). Mas esta posição muito influente foi constantemente enfraquecida (cf., por exemplo, E. Reynolds, 1974b e 1975). Até a derrocada do preço do cauri deveria ser considerada como a derrocada de uma certa independência financeira para a classe comerciante da África Ocidental (ver O. A. Nwani, 1975; A. G. Hopkins, 1970).

51 “A história do *Exclusif* (campanha conduzida pela França para tentar manter o comércio da África Ocidental em um sistema mercantil) é a história de sua lenta agonia” (B. Schnapper, 1959, p. 151). Segundo B. Schnapper, a Grã-Bretanha tinha duas vantagens fundamentais em relação à França: por um lado, ela dispunha de capitais superiores, por outro, vendia seus produtos têxteis mais barato.

A Grã-Bretanha conservou essa vantagem enquanto possível e seu declínio foi independente dos acontecimentos sobrevindos na margem da economia-mundo; simplesmente, ele emerge da melhoria da qualidade dos produtos concorrentes manufaturados no estrangeiro: França, Alemanha, Estados Unidos. Foi a depressão de 1873 que provocou o desafio político lançado à hegemonia britânica, na África e no mundo todo<sup>52</sup>. Em 1879, a estrutura do império africano, efetivamente, não se matinha de pé, e, em 1900, o continente encontra-se colonizado quase que integralmente<sup>53</sup>.

## Conclusão

Portanto, pensamos que o processo de integração da África (do Norte, do Oeste e do Sul) em um sistema histórico particular, a economia-mundo capitalista, remonta a 1750. Assim, a partilha do continente constitui não o início, mas o resultado desse processo. Entretanto, seria justo afirmar que “o papel do comércio, em geral, e o tráfico de escravos, em particular, [...] foi sobremaneira exagerado”<sup>54</sup> ou, sustentar, no mesmo espírito, que o desenvolvimento das culturas de rendimento na África Ocidental não constituiu uma revolução social, porque ocorreu primeiramente no quadro das estruturas políticas, econômicas e sociais existentes, as quais “se revelaram capazes de seguir as variações da demanda do comércio costeiro [na época do comércio ‘legítimo’], mais por adaptação do que por revolução”<sup>55</sup>?

---

52 Não é por acaso que o protecionismo francês no Senegal data de 1873 (ver C. W. Newbury, 1968, p. 345).

53 Eu estudei essa questão (I. Wallerstein, 1970, p. 403): “Para atacar a hegemonia econômica da Grã-Bretanha no mundo, as outras grandes potências em curso de industrialização compreenderam que era necessário abrir suas indústrias a mercados mais vastos e a novos acessos às matérias-primas. Foi assim que começou a corrida em direção à África, e, uma vez que o movimento foi encetado, uma alternativa se impunha à Grã-Bretanha: participar ou perder a vantagem”.

Certamente, a Grã-Bretanha já conhecera fracassos, principalmente em consequência da política seguida por ela antes de 1880. Referindo-se aos anos 1860, R. Olaniyan constata que a política hesitante da Grã-Bretanha em matéria de proteção lhe valeu fracassos pungentes (1974, p. 37), mas que as primeiras “perdas” não foram severas o bastante para ocasionar uma verdadeira conversão da política britânica.

54 J. F. Ajayi e R. S. Smith (1964, p. 124). Ver também R. A. Austen (1970); para um argumento contrário, ver A. G. Hopkins (1973, p. 124).

55 J. F. Ajayi e B. O. Oloruntimehin, 1976, p. 214. Esta tese de modificações econômicas e de ausência de transformações sociais é curiosamente contradita no mesmo volume por A. C. Unomah e J. B. Webster, que sustentam o contrário: eles insistem nas transformações da vida social das populações da África Oriental, 1976, p. 208. Ver também C. Coquery-Vidrovitch (1971, p. 121), que sublinha o fato de as maiores transformações observadas no Daomé – mão de obra assalariada e propriedade privada – não datarem apenas do regime colonial.

Não é falso dizer que uma boa parte, se não a maioria dos sistemas africanos, “adaptou-se” às novas exigências. Alguns simplesmente desapareceram em função disso, e quase todos acabaram sendo submetidos ao regime colonial. Porém, a adaptação é a tese e não a antítese. Era isso que se esperava: nem mais, nem menos. Essa adaptação da atividade a um novo quadro social apresenta-se como a consequência da integração da África, em dada época, em um sistema histórico particular: a economia-mundo capitalista.